

# Eleições e política econômica

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

**P**eríodos eleitorais são sempre perigosos para a política econômica. É o chamado ciclo político da economia. Os governos ou estão disputando a reeleição ou tentando eleger seus sucessores. Na fase seguinte, pós-eleitoral, os governantes correm atrás do prejuízo gerado pelas políticas do período eleitoral.

Estava digitando o parágrafo anterior quando, de repente, houve um incêndio no edifício principal do FMI! O prédio foi imediatamente evacuado. Depois de alguma espera, obtive acesso a um computador no prédio ao lado.

Já não sei se consigo fechar o artigo a tempo. Estou tentando, a toque de caixa. Se conseguir, peço ao leitor indulgência pelo que será um artigo mal-acabado e improvisado. Melhor dizendo: mais do que de costume.

Bem. A tentação associada ao ciclo político pode tomar várias formas. O Banco Central pode ser levado a adotar uma política excessivamente expansiva para favorecer o crescimento da economia no curto prazo.

Os bancos podem ser induzidos a expandir o crédito ao consumo. Nada mais agradável do que facilitar o financiamento da compra de automóveis e outros bens duráveis.

A valorização cambial é outro instrumento potencialmente útil do ponto de vista eleitoral. As importações ficam mais baratas e viagens ao exterior, mais acessíveis. Por último, mas não menos importante, sempre se pode acionar a política fiscal em alguma medida, diminuindo impostos ou ampliando despesas governamentais.

A política fiscal expansiva tem dois tipos de vantagem do ponto de vista político.

Primeiro: ela favorece diretamente os beneficiários da diminuição de tributos ou do aumento de gastos.

Segundo: a ampliação do déficit (ou redução do superávit) por essas vias produz um impulso sobre a demanda agregada que tende a estimular a economia e, com alguma defasagem no tempo, a geração de empregos.

Muito disso não se aplica ao Brasil em 2010. O Banco Central, por exemplo, está fazendo o possível para demonstrar que atua independentemente do ciclo político. Deu uma pancada na taxa básica de juros. E promete mais.

Paradoxalmente, pode haver um subproduto "populista" ou "eleitoreiro" na política de aumento de juros do Banco Central. Associada aos juros próximos de zero praticados pelos principais bancos centrais do mundo, a alta dos juros brasileiros pode contribuir para acentuar a valorização do real.

Mas não quero falar disso hoje outra vez. Prefiro concentrar-me um pouco na política fiscal. O governo acaba de anunciar que pretende cortar despesas e buscar um superávit primário maior.

Faz sentido. É importante que isso não fique só no anúncio e seja colocado em prática. O déficit do setor público está aumentando, basicamente por causa de uma queda do saldo primário, como mostram os dados oficiais.

Além disso, a economia está crescendo rapidamente, em ritmo talvez excessivo. Isso coloca em risco o controle da inflação e — associado à valorização do real — ameaça gerar um desequilíbrio perigoso nas contas externas.

Se o governo não apertar os cintos, a responsabilidade de conter o ritmo de expansão da demanda agregada recairá sobre a política monetária. A alta dos juros tenderá a ser mais pronunciada. Isso não é conveniente, por dois motivos: a) as finanças públicas ficarão sobre-carregadas pelo aumento do custo da dívida; e b) o real tenderá a se valorizar ainda mais.

Déficits fiscais expressivos só são admissíveis em períodos de recessão. Permitir déficits altos em outros momentos coloca em risco a autonomia do Estado, sujeitando-o no limite aos caprichos, volatilidades e turbulências dos mercados financeiros.

Vide Europa.

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. é diretor-executivo pelo Brasil e mais oito países no Fundo Monetário Internacional, mas expressa seus pontos de vista em caráter pessoal. E-mail: pnbjr@attglobal.net.